
EDITORIAL

A Revista Eletrônica do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) celebra, em seu *Volume 8 e número 1*, uma mudança considerável, implantada desde 2012, de perfil, abordagem e política editorial. Tais modificações consolidam-se como melhorias fundamentais e sensíveis às exigências dos critérios de avaliação da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM vivencia, portanto, um momento diferenciado em diversos aspectos:

1) As modificações tecnológicas no sistema de apresentação, submissão e avaliação de artigos - notadamente com a implantação do SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas);

2) As modificações relativas às exigências da CAPES e CNPq:

- a) dedicando especial atenção à receber a maioria dos artigos de autores externos à UFSM e, de preferência de fora do Rio Grande do Sul;
- b) avaliando através de pareceristas qualificados em suas áreas e utilizando o sistema de “duplo cego” (avaliação não identificando o autor e o avaliador);
- c) agregando importantes indexadores internacionais e nacionais à revista, como o DOAJ (*Directory of Open Access Journals*), LATINDEX, SUMÁRIOS.ORG, DIADORIM e LIVRE;
- d) compondo uma Equipe Editorial (Editores Executivos, Editores Chefes, Comissão Editoria Executiva, Conselho Editorial e Científico Nacional e Internacional) de renome na área do direito, nacionais e internacionais;
- e) respeitando criteriosamente a periodicidade semestral com recebimento de artigos para avaliação em fluxo contínuo, observados os prazos específicos quando presentes em editais publicados no *site* da revista;
- f) promovendo uma interface amigável ao leitor, autor, avaliador e editores, através do acesso às informações sobre: Equipe, Políticas (Foco/Esopo, Políticas de Seção, Processo de Avaliação pelos Pares; Periodicidade, Política de Acesso Livre, Arquivamento e

Instruções aos Avaliadores), Submissões, Patrocínio da Revista, Mapa do Portal e Informações relativas ao Sistema SER.

3) Pretende ser referência em observar de forma pró-ativa o seu FOCO e ESCOPO, a saber: “A Revista Eletrônica do Curso de Direito segue a respectiva política pedagógica do curso e representa um espaço de diálogo plural, crítico e interdisciplinar de temas abrangentes do Direito e áreas afins, através da publicação periódica de artigos científicos.

A Política Editorial observa nos artigos científicos publicizados os seguintes pressupostos:

- a) preocupação com os princípios éticos e do respeito à dignidade humana;
- b) abordagem crítico-reflexiva da realidade e do conhecimento;
- c) domínio dos fundamentos científicos vinculados ao Direito e áreas do conhecimento afins; e
- d) interação entre teoria e prática para atender a necessidade de transformação social.

Atenta às discussões no âmbito local, regional, nacional e internacional, a Revista Eletrônica do Curso de Direito está aberta para a socialização do conhecimento nesses níveis e tem por propósito a excelência do conhecimento nela veiculado. Para tanto busca estar em sintonia e transitar entre os melhores indexadores nacionais e internacionais de periódicos.

Por fim, por estar situada no contexto da Universidade Federal de Santa Maria, a Revista Eletrônica do Curso de Direito, busca harmonizar os interesses institucionais e expectativas da comunidade acadêmica”.

Atualmente, a Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM está avaliada com Qualis C. Porém, após o processo de substancial modificação narrado anteriormente, está preparada para solicitar a sua reavaliação para subir no Qualis da CAPES. Sem sombra de dúvida está seguindo todas as orientações e exigências para obter êxito nesse intento.

Nesse sentido, a Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM apresenta, em seu Volume 8 e número 1, nove artigos oriundos de diferentes estados (MG, SC, RS, AM, CE) e instituições de ensino superior (UFAM, UFC, UFSC, IFTM UFRGS, UNIFRA e UFSM). Os artigos confirmam a proposta interdisciplinar da revista dentro da área do direito, apresentando artigos de diversos ramos do direito em conexão com outras áreas do saber como propriedade intelectual, psicologia, ética e relações internacionais.

Os artigos ora publicados, com seus respectivos autores e instituições de vinculação, são:

1) O SURGIMENTO DA CORTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL: FORMAÇÃO EUROPEIA E FUNDAMENTO VOLUNTARISTA

Lucas Carlos Lima - Universidade Federal de Santa Catarina

2) O SISTEMA DE ALERTA PRECOCE NA UNIÃO EUROPEIA

Roger Valério de Vargas Rex - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

3) A JUVENTUDE E OS COLETIVOS: COMO SE ARTICULAM NOVAS FORMAS DE EXPRESSÃO POLÍTICA

Gretha Leite Maia - Universidade Federal do Ceará

4) A PROPRIEDADE INTELECTUAL NA ERA DA INFORMAÇÃO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA ACERCA DOS DIREITOS DO AUTOR E A SUA (IN)ADEQUAÇÃO À ATUAL SOCIEDADE EM REDE

Marina De Bem Casanova - Universidade Federal de Santa Maria

Maurício Arpini Quintana - Universidade Federal de Santa Maria

5) A CONSTITUIÇÃO ENTRE A REGULAÇÃO E A EMANCIPAÇÃO: O NEOCONSTITUCIONALISMO E A “DUCTILIZAÇÃO” DA ESTRUTURA JURÍDICO-POLÍTICA DO ESTADO

Igor Mendes Bueno - Universidade Federal de Santa Maria

Valéria Ribas do Nascimento - Universidade Federal de Santa Maria

6) DIAGNÓSTICO DOS CRIMES CONTRA A FLORA A PARTIR DAS AÇÕES IMPETRADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Anne Michelle Tavares Fonseca - Universidade Federal do Amazonas

Luciana Montenegro Valente - Universidade Federal do Amazonas, Pace University, Procuradoria da República no Amazonas

Marcileia Couteiro Lopes - Universidade Federal do Amazonas

7) A NOVA NATUREZA JURÍDICA DA ÁGUA E SUAS CONSEQUÊNCIAS EM FACE DA OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

Tony Carlo Souza Silva - Instituto Federal do Triângulo Mineiro IFTM (Uberaba)

Johnson Queiroz Vilas Boas - Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro,

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Universidade de Franca

8) A DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR COMO FATOR DE EXCLUSÃO SUCESSÓRIA

Karine Machado Bulsing - Centro Universitário Franciscano

9) LEI DA PALMADA: REFLEXÕES E IMPLICAÇÕES PSICOJURÍDICAS

Jaqueline Siqueira Pellegrini - Universidade Federal de Santa Maria

Letícia Maffini de Paiva - Universidade Federal de Santa Maria

Lohana Pinheiro Feltrin - Universidade Federal de Santa Maria

Marina Somavilla Feversani - Universidade Federal de Santa Maria